

A CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS:
METAFÓRICO E NEOLÓGICO -
UMA ABORDAGEM CASUAL

Suzana Rocha
Apóstolo T. Nicolacópulos
Avani de Oliveira

A linguagem se constitui no meio mais expressivo e persuasivo à disposição dos falantes de uma determinada comunidade lingüística, em especial porque estes falantes detêm todas as possibilidades de **signifazer** a sua linguagem conforme suas próprias aspirações. A interação sócio-comunicativa se ancora na relação mundo/linguagem e, a partir dela, representa todos os usuários através dos empreendimentos lingüísticos que realizam.

O sentido se constitui nos entrecruzamentos das ações humanas e, ao mesmo tempo, inscreve os sujeitos/enunciadores no âmbito histórico-cultural da comunidade a que eles pertencem. Os mecanismos lingüísticos reveladores da significação subjazem à intencionalidade dos interlocutores; assim, a recursividade lexical passa a integrar o conhecimento socializado que eles possuem acerca de seu instrumento de manifestação. As diferentes tipologias textuais indicam a produtividade e a criatividade dos enunciadores, sobretudo daqueles que atuam na mídia impressa e que, de certa forma, se configuram como exemplares fidedignos da língua em uso.

Esta abordagem tem o propósito de referir os postulados

básicos da Gramática de Casos, especialmente no que concerne ao modelo **Casual da UFSC**, no âmbito da significação, abrangendo os empreendimentos metafóricos e as neologias de sentido para, a partir disso, implementar a análise de enunciados retirados da Folha de S. Paulo, da revista Exame e da revista Veja. Essa análise evidencia a abrangência e as perspectivas de aplicação do modelo casual da UFSC e representa uma possibilidade dentre outras potencialmente viáveis.

1. INTRODUÇÃO À GRAMÁTICA DE CASOS

Os pressupostos básicos que este estudo se apóia encontram-se nas teorias de Fillmore (1968, 1977), Chafe (1970), Anderson (1971) e Cook (1979, 1989), denominadas Gramática de Casos, bem como nas incursões de M. A. K. Halliday (1976, 1985), que associa os campos de referência da significação com o uso efetivo e representativo de dada comunidade lingüística.

Fillmore (1966) apresenta seu modelo de Gramática de Casos como uma reação à Gramática Transformacional de Chomsky (1965). O ponto de partida de sua gramática pode segundo Dubois-Charlie (1975, p.4-5), ser ilustrado com duas séries de exemplos:

- (1) João deu um golpe em Paulo.
- (2) João recebeu um golpe de Paulo.
- (3) O açúcar carameliza.
- (4) Maria carameliza o açúcar.

As gramáticas tradicional e transformacional consideram **João** como tendo a mesma função, isto é, sujeito nas duas orações e o **açúcar** como tendo duas funções diferentes - sujeito na primeira oração e objeto na segunda. Fillmore demonstra que **João** não

desempenha o mesmo “papel” nas duas orações acima, uma vez que em (1) faz alguma coisa e em (2) nada faz, pelo contrário, recebe a ação de **Paulo**. Já em (3) e (4) o **açúcar** exerce o mesmo “papel” em ambas as orações.

Fillmore postula que as frases de superfície resultam de diversas transformações a partir de uma estrutura profunda mais apropriada para a descrição de seus significados. É nesse nível (da estrutura profunda) que devem aparecer os diferentes “papéis” desempenhados por **João** (Agente/Dativo)¹ e o mesmo “papel” de o **açúcar** (Objeto) nas orações acima. E, ao contrário, as noções de sujeito e objeto não correspondem a funções semânticas, mas a noções gramaticais e, conseqüentemente, devem aparecer na estrutura profunda constarão as noções casuais.

Assim, a principal crítica ao modelo padrão de Chomsky (1965) relaciona-se à definição das **funções**. O sujeito da estrutura profunda de qualquer frase gerada pela gramática pode ser definido em termos de [SN, O], isto é, o SN diretamente dominado pela O (oração) e o sujeito da estrutura profunda em termos de [SN, SV], isto é, o SN diretamente dominado pelo SV. No entanto, as noções de sujeito e objeto definidas pelas posições dos respectivos SNs não conseguem determinar os diferentes “papéis” do **açúcar** nas orações acima. Chomsky considera tanto as categorias (SN, SV, V, SP), quanto as funções sujeito - objeto, na estrutura profunda.

Fillmore propõe, então, sua teoria dos **casos** profundos como **relações sintáticas** “semanticamente relevantes” (1977, p.281), isto é, relações mais profundas que sujeito e objeto, onde estariam representados os “papéis” dos participantes e suas relações com o verbo. A relação de caso profundo de um SN com o verbo não se altera em virtude das posições superficiais que o mesmo possa vir a ocupar.

Outra crítica ao modelo padrão refere-se aos (SP) sintagmas

preposicionais. Chomsky os considera um constituinte da O (oração) ou do SV (sintagma verbal), dependendo do grau de “coesão” que mantém com o verbo que os acompanha.

Fillmore (1966), em seu artigo **A proposal concerning English Prepositions**, critica a introdução direta dos sintagmas preposicionais nas regras sintagmáticas, argumentando que os sintagmas preposicionais ou adverbiais de lugar, tempo, etc., estando sob a dominação direta de (O), como O — [SN + SV (SP) (SP)], além de não serem distinguidos, são considerados tanto categorias (SB, SV), como funções (lugar, tempo), o que constitui uma mescla de dois tipos de noções. Propõe, então, que os SPs sejam classificados em termos de casos. Assim em:

(5) João abriu a porta com a chave.

(6) A chave abriu a porta.

o SP a **chave** tem funções superficiais diferentes, mas na estrutura profunda é sempre o **instrumento** que serve para abrir a porta.

Para Fillmore, a informação da função semântica dos sintagmas nominais está na própria estrutura profunda da oração, onde todas as relações sintáticas semanticamente pertinentes são representadas por “etiquetas casuais” ou **casos**.

2. O MODELO DE GRAMÁTICA DE CASOS

O modelo casual utilizado na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), proposto por Nicolacópulos (1992), baseia-se no modelo matricial de Cook (1979, 1989) que, por sua vez, assenta-se nos modelos casuais de Fillmore (1968, 1971), Chafe (1970) e Anderson (1971). É um modelo não-localista² que abriga as dimensões pragmático-discursivas, favorecendo a interpretação em

âmbito contextual.

Descreveremos em linhas gerais o modelo matricial de Cook quanto a: (1) estrutura profunda (EP); (2) lista de casos (sistema casual); (3) tipos de verbos e (4) teoria dos casos não-manifestos para, em seguida, estabelecer as diferenças.

Assim como nos modelos de Gramática de Casos, o modelo matricial representa a **estrutura profunda** de cada proposição (oração ou sentença) em termos de um verbo central e um número de argumentos (papéis semânticos ou casos), que estão em relação de dependência com o seu verbo. Dessa forma a estrutura profunda (estrutura semântica) consiste de um S (proposição), um V (predicador) e um, dois ou mais Sns (casos). Os casos exigidos pela valência semântica do verbo são denominados **proposicionais**, enquanto que os não exigidos, são **modais**. Assim, a estrutura profunda do exemplo (7), segundo Cook (1979, p.201), é apresentada em (8):

FIGURA 1

(7) João deu flores para Maria.

A O B

(8)

S

V3 A B D

DAR João Maria flores

Como o verbo é o elemento central que determina o número e o tipo de argumentos em determinado contexto, a estrutura profunda (semântica) da oração estará expressa no esquema casual do verbo, como no exemplo acima: **dar** + [— A, B, O]. A Gramática de Casos capta, além da quantidade, a qualidade dos argumentos que preenchem os lugares vazios que circundam o verbo, levando em conta o contexto de referência em que ocorrem. Os elementos postos em perspectiva dominam a cena que se evidencia, enquanto os outros permanecem como coadjuvantes, mas continuam como integrantes da instância enunciativa, onde o que foi perspectivizado é síntese.

No que se refere à **lista de casos** (sistema casual), o modelo matricial segue as normas gerais propostas por Fillmore (1971, p.5): a) pequena, b) adequada para a classificação dos verbos da língua e c) universal. Assim, Cook adota um sistema casual composto de cinco casos proposicionais que seguem a hierarquia de seleção do sujeito: A (Agente), E (Experienciador), B (Beneficiário), O (Objeto) e L (Locativo)³. A (Agente) é o caso exigido por um verbo de ação E (Experienciador) é o caso que expressa sensação, emoção, cognição e o ouvinte da comunicação. B (Beneficiário) exprime posse, ganho ou perda e transferência de propriedade. O (Objeto) é um caso obrigatório; é o tema neutro subjacente ao estado, processo ou ação descritos pelo verbo. L (Locativo) é o caso exigido por um verbo locativo e se restringe à localização física, incluindo locativos estáticos e direcionais.

Com relação aos **tipos de verbos**, Cook (1979, p.203) propõe as seguintes normas para a formação de esquemas casuais: (1) cada esquema casual consiste de um verbo e um, dois ou três casos; (2) nenhum caso ocorre mais de uma vez no esquema casual, exceto o caso **O**; (3) o caso **O** (Objeto) é obrigatório; (4) os casos **E, B, L** são mutuamente excludentes; (5) os casos são listados da esquerda para

a direita, segundo a hierarquia de seleção do sujeito. Desse modo, os esquemas casuais que resultam da aplicação destas normas constituem uma matriz de tipos de verbos, daí o nome **modelo matricial**. Na dimensão vertical, os verbos são classificados em estados, processos e ações e, na dimensão horizontal, em básicos, experimentativos, benefactivos e locativos⁴.

FIGURA 2

Tipos de Verbos	Básicos	Experimentativos	Benefactivos	Locativos
Estados	Oe ser alto	E, Oe gostar	B, Oe ter	Oe, L estar em
Processos	O morrer	E, O sentir	B, O ganhar	O, L cair
Ações	A, O matar	A, E, O dizer	A, B, O dar	A, O, L pôr

Segundo o autor (1979, p.203-4), os verbos classificam-se, de modo geral, em estados e não-estados. O verbo de estado é semanticamente estático e é definido negativamente como um não-evento (não-acontecimento). Os verbos de não-estado são classificados em processos e ações, os de processo são eventos não-agentivos e os de ação são eventos agentivos⁵. Em seguida, os verbos são classificados de acordo com o campo semântico específico, isto é, em (1) básicos, que se utilizam dos casos **A** e **O**; (2) experimentativos, que incluem o caso **E**; (3) benefactivos, que incluem o caso **B** e (4) locativos, que incluem o caso **L**.

Quanto à **teoria dos casos não-manifestos**, o modelo matricial incorpora de Fillmore (1971, p.48) e a transporta para o modelo não-localista. Segundo Cook (ibidem, p.205-6), os casos

podem ser parcialmente ou totalmente não-manifestos. Os **parcialmente** não-manifestos são denominados casos **apagáveis**, podendo estar presentes ou ausentes da estrutura sintática como em:

(9) Mamãe está cozinhando (as batatas).

onde **cozinhar, vt**, é descrito como + [— A, *O] / O - apagável⁶. Os casos **totalmente não-manifestos** são assim designados por nunca estarem presentes na estrutura sintática. São os casos correferenciais e os casos lexicalizados. Os casos **correferenciais** (Cook, ibidem, p.206) são definidos como "duas funções casuais distintas na estrutura profunda, que possuem o mesmo referente semântico e, conseqüentemente, têm uma única representação superficial", como em:

(10) João foi a Chicago.

onde **João** é, ao mesmo tempo, o **A** (Agente) que praticou a ação e o **O** (Objeto) que sofreu deslocamento. Seu esquema casual é + [— **A**, ***O**, **L**] / **A** = **O**.

Os casos **lexicalizados** (Cook, 1989, p.204) são "os casos que estão incorporados ao significado do verbo e normalmente não aparecem na estrutura superficial", como em:

(11) Richard engarrafou a cerveja.

onde o verbo **engarrafar, vt**, traz o **L** (Locativo) (= em garrafas) incorporado em sua forma, apresentando o esquema casual: + [— **A**, **O**, ***L**] / **L** - lex.

Em síntese, em seu modelo matricial, Cook adota: (1) a

estrutura profunda de Fillmore (1971); (2) o sistema casual de Fillmore (1968) e Chafe (1970), com algumas modificações; (3) os tipos de verbos de Chafe (1970), com alterações; (4) a obrigatoriedade do **O** (Objeto) de Anderson (1971); (5) a teoria dos casos não-manifestos de Fillmore (1971) e (6) o sistema bidirecional de verbos de Chafe (aqui não abordado); com base nestes modelos, ele propõe o seu próprio modelo casual.

O modelo casual desenvolvido na **UFSC** difere do modelo matricial de Cook nos seguintes itens:

1. No modelo da **UFSC**, a estrutura profunda (EP) é semântico-sintática, isto é, os papéis semânticos ou casos são paralelos às funções sintáticas⁷; o modelo tende a uma prevalência semântica.

2. O sistema casual (lista de casos) do modelo compõe-se de oito casos: **A - E - B - O - L - T - C - H**. O caso **A** (Agente) expressa ação:

O caso **E** (Experienciador) denota sensação, emoção, cognição e o ouvinte da comunicação:

O caso **B** (Beneficiário) exprime posse, poder, liderança, ganho ou perda, benefício e transferência de propriedade:

O caso **O** (Objeto) é o caso que, com verbos de estado denota o que está sendo descrito, com verbos processuais, o que sofre mudança de estado, e com verbos agentivos expressa afecção⁸:

O caso **L** (Locativo) expressa localização:

O caso **T** (Tempo) denota tempo cronológico:

O caso **C** (Comitativo) é o caso que expressa companhia:

E o caso **H** (Holístico) expressa totalidade, o todo:

3. Os tipos de verbos/predicadores e as proposições classificam-se em **básicos, experimentativos, benefactivos, locativos, temporais, comitativos e holísticos**, percebidos estática, processual ou agentivamente que compõem 'cenas' básicas,

experimentativos, benefactivos, locativos, temporais, comitativos e holísticos, respectivamente.

4. O caso **O** (Objeto) não é obrigatório.

5. As predicções experimentativas não-voluntárias do tipo agradar, vt, atender, vt, irritar, vt, encantar, vt, frustrar, vt, assustar, vt, analisam-se como predicções experimentativas agentivas e não-processuais como em Cook (1979, p.164 e 1989, p.197, 212-14, 217).

6. O modelo admite a possibilidade de ocorrência, embora rara, de casos considerados mutuamente excludentes, o que também era admitido por Fillmore (1971, p.51). É o caso, por exemplo, do verbo **passar**, que admite os casos **L** (Locativo) e **T** (Tempo), ambos proposicionais, como em: “Jeffrey passou terça-feira à tarde na praia”. No entanto, o raro número de ocorrências não invalida a norma, que encontra suporte na **noção de cenas** de Fillmore (1977, p.58-81), segundo a qual só serão colocados em **perspectiva** os elementos selecionados pelo falante, ficando os demais elementos no **background**.

7. Admite também a possibilidade de ocorrência, mais de uma vez em uma mesma proposição, de outros casos, além do caso **O** (Objeto), embora com rara frequência, como no exemplo coletado do discurso oral: “Eu tenho que descer para atravessar as crianças”, onde o sujeito e o objeto de atravessar (eu/as crianças) denotam ação (A) (cf. Zucco, 1992, p.143).

8. Admite, excepcionalmente, mais de três casos em uma mesma proposição, como no exemplo de Fillmore com o verbo **passar** acima.

9. Considera que os casos estão em uma relação de associação e complementaridade com o seu verbo/predicador (não em relação de dependência). Assim, o verbo refletirá a soma desta interação e da(s) significação(ões) espriada(s) pelo enunciado e

cenar/enunciados produzidos contexto, desta forma, pode-se dizer que o verbo/predicador é uma *espécie de síntese enunciativa*.

10. Portanto, o modelo da **UFSC** leva em consideração elementos pragmáticos e discursivos na análise casual, permitindo uma abordagem semântico-pragmática do enunciado⁹. Amparando-se nas concepções de Halliday (1976/1985), especialmente no que se refere à articulação do verbo com seus argumentos. Assim, o modelo evidencia um refinamento e uma expansão capazes de abranger as manifestações efetivas da língua(gem), nos mais diversos contextos de uso.

3. APLICAÇÃO DA GRAMÁTICA DE CASOS - PERSPECTIVAS E ABRANGÊNCIA DO MODELO CASUAL DA UFSC

Tendo em vista o aparato teórico-metodológico de relevância para a Gramática de Casos, que resultou de investigação realizada nos cursos de Mestrado e Doutorado, sob a orientação do Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos, nossa proposta é de organizar um “corpo instrucional” para aplicação no ensino de níveis médio e superior.

O estudo de predicções que se configuram como neológicas na língua portuguesa, tanto a nível semântico-oracional, como a nível pragmático-discursivo assume dimensão significativa no desenvolvimento do ensino da língua materna, pois “(...) a lingüística já provou que os códigos precisam incluir a possibilidade do desvio, (...) e da construção anormal como propriedades normais suas, inerentes, de fato, a todo sistema semiótico, já que eles têm de ser, a nível de manifestação, multissêmicos, ambíguos, se quiserem funcionar como sistemas de comunicação eficazes, capazes de traduzir, com termos e regras velhas diferentemente contextualizadas, novas experiências, assimilando as derivas e

mudanças apontadas ao longo das eras pela transformação histórica das culturas” (Lopes, 1987, p.7). A neologia de sentido deflagra a capacidade criadora do usuário da língua, inscrevendo-o no contexto sócio-cultural de que participa. Toda a língua viva dispõe dessa potencialidade neológica, que se abriga no processo de metaforização, uma vez que é parte constitutiva do mundo e da cultura das comunidades lingüísticas.

A educacional é assumida por Freire (1985) como um *ato de comunicação*, por isso o ensino da língua precisa apoiar-se em investigações que levam em conta a interação do sujeito-enunciador no complexo sócio-cultural que integra. Filipak (1984, p.122 e passim) sustenta que a língua ‘viva’, em uso, numa comunidade lingüística pode transformar a significação usual e aumentar a polissemia das entidades lexicais, contribuindo para a história da linguagem como língua, código ou sistema. É nesse entrecruzamento que flagramos as neologias de sentido.

No âmbito semântico-discursivo a consideração da pragmática é de grande relevância, pois é na construção dos efeitos de sentido pretendidos pelo enunciador que se encontram as origens das ambigüidades, das potencialidades significativas como um todo, inclusive da metáfora. Esta perspectiva deve-se ao fato de encararmos a linguagem como um jogo de palavras e enunciados que viabiliza a construção dos efeitos discursivos desejados. O ensino da linguagem, desenvolvido sob essa ótica, colocará o sujeito-enunciador em contato efetivo com a língua e a cultura de sua comunidade, tornando-o sujeito participante e integrado no ambiente em que convive com sua comunidade.

Os fatores que constituem a significação respaldam a combinatória do verbo com seus argumentos, a fim de subsumirem o caráter polissêmico inerente às predicções. Dentro desse contexto, articulam-se os elementos de referência contextual e

complementares à constituição do sentido. **A noção de cenas**, que compreende eventos e/ou situações *recortadas* de um todo mais amplo, a nuance de sentido perspectivizada e a saliência, que viabiliza a dimensão hierárquica do sujeito, segundo a concepção de Fillmore (1977, p.59-81), permite melhor configuração dos efeitos de sentido, porquanto veicula a intencionalidade do enunciador: o que este deseja colocar em perspectiva passa a ser o mais relevante. As cenas, portanto, subsumem os empreendimentos pragmáticos, na medida em que consolidam discursivamente a vontade do sujeito/enunciador.

Uma análise casual capta os empreendimentos significativos no seu todo, levando em conta o contexto de referência em que as articulações de sentido ocorrem. Os elementos postos em perspectiva dominam a **cena** que se evidencia, enquanto os outros permanecem como coadjuvantes, mas continuam como integrantes da instância enunciativa, onde o que foi perspectivizado atua como síntese. Há, nesse imbricamento, uma articulação que une a representação enunciativa com o seu referencial informativo, infindo pragmática e discurso.

Para a Gramática de Casos interessa exatamente essa constelação de sentido que os verbos subsumem a partir das diferentes instâncias enunciativas, verdadeiras 'matrizes' geradoras de contextos que produzem novos efeitos de sentido, quer em âmbito mais simplificado - na linguagem comum -, quer em âmbito mais complexo - na constituição da metáfora. O sentido nasce na troca, é construído e constituído no momento em que a linguagem instaura o sujeito da enunciação. O discurso existe para significar, por isso, a incorporação de fatores pragmático-discursivos pela Gramática de Casos pode ser de grande valia para a análise mais efetiva das predicções nos diferentes contextos. Em razão disso, consideramos que o caráter neológico de uma expressão pode ser instaurado pelo

efeito de sentido que a mesma assume no contexto em que aparece.

Ao qualificar os argumentos que se ligam ao verbo, a Gramática de Casos procura explicitar os efeitos de sentido configurados e, no âmbito dessa interpretação, dá conta do que se entende como **sentido básico**, que compreende o efeito de sentido assimilado por determinada comunidade lingüística, isto é, o sentido primeiro com o qual os falantes estabelecem a relação de entendimento; ou como **sentido metaforizado**, que, segundo Furlanetto (1995), “nasce da circulação da bagagem lingüística entre as formações discursivas, **estacionando ou não** dentro de uma delas ou mais, sofrendo, no primeiro caso, um processo de **apropriação** dentro da formação discursiva considerada” (Grifo nosso).

O empreendimento metafórico delinea uma projeção recursiva na língua(gem), pois favorece a expansão e/ou a ampliação dos domínios da significação. Esse fato pode ser exemplificado através das considerações de Oliveira (1995) acerca do vocábulo “**Inflação** > inflar > inflacionar:

- no dicionário: inchaço, aumento desordenado, mecanismo financeiro, artifício para manter o valor monetário;
- na visão dos economistas: reflexo do comportamento da economia, associado à recessão; à correção monetária; ao fluxo cambial, até mesmo à crise e ao desemprego; é mais uma questão política, de condução da economia, do que financeira;
- no senso comum ® (as conseqüências geradas pela inflação): é o aumento abusivo dos preços; as remarcações de mercadorias são diárias, enquanto o salário nunca é corrigido no mesmo ritmo; é a miséria, a crise e o desemprego, isso é sinônimo de inflação”.

Nos mais diversos contextos da língua em uso, em especial na imprensa escrita, temos a linguagem como mediadora das relações estabelecidas entre os interlocutores: de um lado, os

editores de jornais e revistas; e de outro, os leitores, consumidores das informações veiculadas. O mundo de referência desses interlocutores gera uma constelação de sentido, já que fica instituída a convergência de interesses em torno do que é conhecido como **objeto de desejo**: traduzido por informações econômicas, por publicidades, por roteiros de viagens, entre tantos outros apelos que o universo da mídia impressa é capaz de produzir.

A interpretação dessas formações discursivas precisa levar em conta que a expansão do sentido nessa diversidade de tipologias textuais está atrelada ao fenômeno da **metaforização**, que ancora de forma efetiva a **neologia de sentido** porquanto o deslocamento de certos traços, ou mesmo a sua supressão para a assunção de novos traços evidencia exatamente o percurso contextual das informações que os falantes obtêm junto à imprensa e que performam a empatia de suas aspirações.

Nos exemplos que seguem, podemos verificar o processo de metaforização instituindo ou não a neologia de sentido; o distanciamento entre o sentido básico e o metaforizado; além da recursividade lingüística que subsidia a ação criadora dos usuários:

Contextos analisados: nossa análise baseia-se nas referências contextuais de que as expressões destacadas fazem parte, com vistas a dimensionar o processo de metaforização e a ocorrência ou não de neologias de sentido.

Informações do Dicionário (Aurélio) ® Corpus - expressões neológicas (metaforizadas), bem como os efeitos de sentido que assumem nos respectivos contextos.

plugar ® ligar (aparelho eletrodoméstico) à luz, a tomada. No contexto analisado: "Um banco *plugado* em inovação" (Folha de S. Paulo, 10 de jul. 1997), traduz o efeito de sentido de um banco atualizado com a tecnologia, um banco moderno, atento aos novos empreendimentos, a fim de melhor atender a sua clientela.

ligar ® apertar, prender, atar com laço, fixar, juntar novamente; fazer aderir, pegar, estabelecer relação de coisa e efeito; acionar o motor; prestar atenção...

No contexto analisado: “O Banco Real *liga* você aos bons negócios” (Folha de S. Paulo, 10 de jul. de 1997), *ligar* subsume o efeito de sentido de bons investimentos, de rentabilidade; de estar atento às variações econômicas e o Banco Real zela pela saúde financeira de seus clientes.

malbaratando ® vender abaixo do custo, com prejuízo; gastar de forma inconveniente; dissipar, desperdiçar.

No contexto analisado: “... autores do livro Os Bruxos da Administração, batizaram apropriadamente de Época da Ansiedade, muitas empresas acabam *malbaratando* seus recursos” (Exame, 3 de jun. de 1998, p. 124), aqui o efeito de sentido de ‘malbaratar’ está associado a dificultar, a acirrar disputas, com vistas a privilegiar alguns autores (mesmo de qualidade inferior) em detrimento de outros, cujas obras são de melhor qualidade.

Vicejam ® vicejar: ter viço, vegetar com opulência, viçar; ostentar-se de maneira brilhante ou exuberante, garrir; dar viço... No contexto focalizado: “Uma parte apreciável das verbas é gasta com os gurus da auto-ajuda, charlatões e enganadores que *vicejam* nos circuitos de conferências e seminários graças à perplexidade corporativa” (Exame, 3 de jun. de 1998, p. 124), aqui verificamos o efeito obtido com o verbo ‘vicejar’, transportado de seu ‘ambiente natural’: plantas/natureza para o campo econômico, a fim de realçar a significação pretendida no contexto em que está empregado; ali ‘brotam’ pessoas interessadas em burlar as normas, em transgredir ao que está estabelecido como certo.

mergulhar ® submergir, afundar; fazer entranhar-se, fazer penetrar, afundar; imergir; cravar profundamente, entranhar; engolfar-se, embrenhar-se...

No enunciado: “É preciso *mergulhar* na companhia, discutir profundamente o seu negócio e o que ela espera com o treinamento...”(Exame, 3 de jun. de 1998, p. 127), aqui também verificamos um espécie de ‘empréstimo’ contextual, o verbo ‘mergulhar’ está transportado de seu contexto usual para conferir melhor efeito de sentido no contexto econômico, subsumindo a idéia de aprofundar as discussões, analisar efetivamente os fatos, para que as decisões sejam acertadas.

· **Teoria da originalidade** ® aqui, o neológico é o contexto – no contexto analisado: “Teoria da originalidade – peças originais Volkswagen a preços geniais” (Veja, 20 de jan. de 1997, p. 64), focalizamos a teoria da originalidade x peças da volkswagen - as peças são originais da volkswagen e a empresa defende a teoria de se empregar nos carros somente peças originais ® Teoria da originalidade, ou a publicidade que assegura ao consumidor o fato de que a Volkswagen trabalha com honestidade, por isso só usa peças originais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instâncias enunciativas subjazem aos efeitos de sentido produzidos pelas relações semânticas, que compreendem percursos que transitam do sentido básico, à metaforização e a virtuais/ eventuais neologias de sentido, de que se ocupa a Gramática de Casos. O verbo é elemento central e articulador dos argumentos que, relacionados, conferem significação e expressividade discursiva às cenas enunciativas que se constituem. A significação perpassa diferentes percursos dialéticos e assimila outros componentes de ampliação; o lugar de **repouso** do sentido e de constituição de neologias é o enunciado, que se abriga no contexto e detém o imbricamento de fatores pragmático-discursivos.

Ao suscitar os pontos relativos à Gramática de Casos, pretendemos assinalar o delineamento das relações semânticas, que têm no verbo o ponto de referência mais expressivo. Essa referência deverá propiciar a compreensão mais efetiva dos postulados, bem como favorecer a compatibilidade entre a Gramática de casos, a pragmática e a dimensão discursiva, no sentido de consolidar o empreendimento teórico-metodológico que atua como subsídio para nossa investigação.

O caminho que trilhamos pode ser justificado através das perspectivas de aplicabilidade que vislumbramos com a Gramática de Casos, tanto para a interpretação dos enunciados, como para aplicação no ensino. Ao lado disso, nos parece relevante instaurar uma espécie de “parceria disciplinar”, a fim de obtermos alternativas eficazes para o exercício da significação na linguagem, em especial quando dimensionado por um modelo que se constituiu a partir de critérios e testagens que o consolidaram como mais uma perspectiva teórico-metodológica, a ser considerada no contexto do ensino e da pesquisa.

NOTAS

1 Dativo, segundo Fillmore (1977, p.300), é o caso do ser animado afetado pelo estado ou ação identificados pelo verbo. Chafe (1979, p.149-56) propõe os casos Experienciador e Beneficiário para dar conta do Dativo.

2 A vertente não-localista compreende os casos básicos A (Agente) e O (Objeto) e os não-básicos. E (Experienciador), B (Beneficiário), L (Locativo), T (Tempo), etc...; a vertente localista utiliza-se, em geral, de cinco casos: dois básicos (A, O) e três não-básicos (L - Origem e Meta), que compreendem locativos concretos (espaciais) e abstratos (os não-básicos da vertente não-localista), além de mudanças de estado.

3 Na revisão de seu modelo, Cook (1989, p.196) admite a existência

de verbos que exigem o caso T (Tempo), como o verbo passar (tempo).

4 Cook (1989, p.196-7) propõe uma matriz revisada com: (1) esquemas casuais com O duplo; (2) esquemas causais com diferente escolha de sujeito: ter + [— B, Oe] e pertencer + [— Oe, B], etc.

5 Os testes para determinar estados, processos e ações seguem Fillmore (1968) e Anderson (1971). O modelo casual da UFSC segue os testes de Chafe (1970), Cruse (1973) e Nicolacópulos (1981, 92).

6 Segundo formalização de Cook (1979, p.206), será marcado com asterisco o caso que for apagável, correferencial ou lexicalizado, sendo que tal especificação seguir-se-á ao esquema casual.

7 Posição semelhante já sugerida por Leech (1981, p.178-203), entre outros.

8 Para uma definição mais detalhada do O (Objeto) vide Zucco, 1992 e 1994b.

9 Oliveira, M.G.A. (1995) aborda o fenômeno dos enunciados metafóricos a partir desta teoria e modelo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, J.M. *The grammar of case: towards a localist theory*. London: CUP, 1971.
- BATHKE, E.S. (1990). *Transitividade e significado oracional: contribuição ao estudo da sinonímia*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1990
- BORBA, F.S. *Gramática de valências*. São Paulo, mimeo.
- CARVALHO, M.B. (1986). *Uma introdução às gramáticas de casos*. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária.
- CHAFE, W.L. (1970). *Meaning and the structure of language*. Chicago: University of Chicago Press.
- CHOMSKY, N. (1965). *Aspects of theory of syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- COOK, W.A.S.J. (1970). *Case grammar: development of the matrix model (1970-8)*. Washington, D.C.: Georgetown University.

- _____ (1980). *Case grammar theory*. Washington, D.C.: Georgetown University.
- DUBOIS-CHARLIER, F. (1975). Avant-propos: les premiers articles de Fillmore. *Langages*, 38, 3-17.
- FILIPAK, F. (1984). *Teoria da metáfora*. Curitiba: DHV.
- FILLMORE, C.J. (1968). The case for case. *niversals in linguistic theory*. Edited by Emmon Bach and Robert Harms. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1-88.
- _____ (1971). Some problems for case grammar. *Georgetown university round table on languages and linguistics*. Edited by Richard J. O'Brien, S.J. Washington, D.C.: Georgetown University, 35-56.
- _____ (1977). The case for case reopened. *Syntax and semantics, vol. 8: grammatical relations*. Edited by Peter Cole and Jerold M. Sadok. New York: Academic Press, 59-81.
- _____ (1981). Pragmatics and the description of discourse. *Radical pragmatics*. Edited by Peter Cole. New York: Academic Press, 143-66.
- HALLIDAY, M.A.K. (1976). Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (org.). *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- _____ (1985). *an introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold.
- LOPES, Edward (1987). *Dsicurso, texto e significação*. São Paulo: Cultrix.
- LEECH, G. (1974). *Semantics*. England: Penguin Books.
- NICOLACÓPULOS, A.T. (1981). *A semantic analysis of portuguese predicatins: an introduction to case grammar*. Tese de Doutorado. Washington, D.C.: Georgetown University.
- _____ (1989). *Predicações de experimentação agentivas*. Florianópolis: UFSC.

- _____ (1992). *The holistics case: introduction to case grammar*. Florianópolis: UFSC.
- NICOLACÓPULOS, A.T. & ZUCCO, B. (1995). A teoria da correferencialidade em recortes discursivos do português I e II: *UNIMAR*, mimeo.
- NICOLACÓPULOS, A.T. et al. (1995). O modelo casual da UFSC: *Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul - CELSUL*. Florianópolis: UFSC, mimeo.
- OLIVEIRA, (1996). A pragmática nas predicções: uma abordagem casual. *GEL*. Campinas: UNICAMP, mimeo.
- _____ (1995). *A constituição do sentido - básico e metafórico*. Florianópolis: UFSC, mimeo.
- OLIVEIRA, M.G.A. (1995). *Predicações polissêmicas e metafóricas: uma abordagem semântico-pragmática*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC.
- ZUCCO, B. (1992). *Introdução ao estudo do objeto: uma análise casual*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.
- _____ (1994). Do objeto: uma análise casual I e II. *UNIMAR*, 16(1):34-70.
- _____ (1996). A lógica dos predicados: uma análise casual. *GEL*. Campinas: UNICAMP, mimeo.

1 Dativo, segundo Fillmore (1977, p.300), é o caso do ser animado afetado pelo estado ou ação identificados pelo verbo. Chafe (1979, p.149-56) propõe os casos Experienciador e Beneficiário para dar conta do Dativo.

2 A vertente não-localista compreende os casos básicos A (Agente) e O (Objeto) e os não-básicos. E (Experienciador), B (Beneficiário), L (Locativo), T (Tempo), etc...; a vertente localista utiliza-se, em geral, de cinco casos: dois básicos (A, O) e três não-básicos (L - Origem e Meta), que compreendem locativos concretos (espaciais) e abstratos

(os não-básicos da vertente não-localista), além de mudanças de estado.

3 Na revisão de seu modelo, Cook (1989, p.196) admite a existência de verbos que exigem o caso T (Tempo), como o verbo passar (tempo).

4 Cook (1989, p.196-7) propõe uma matriz revisada com: (1) esquemas casuais com **O** duplo; (2) esquemas causais com diferente escolha de sujeito: ter + [— B, Oe] e pertencer + [— Oe, B], etc.

5 Os testes para determinar estados, processos e ações seguem Fillmore (1968) e Anderson (1971). O modelo casual da UFSC segue os testes de Chafe (1970), Cruse (1973) e Nicolacópulos (1981, 92).

6 Segundo formalização de Cook (1979, p.206), será marcado com asterisco o caso que for apagável, correferencial ou lexicalizado, sendo que tal especificação seguir-se-á ao esquema casual.

7 Posição semelhante já sugerida por Leech (1981, p.178-203), entre outros.

8 Para uma definição mais detalhada do O (Objeto) vide Zucco, 1992 e 1994b.

9 Oliveira, M.G.A. (1995) aborda o fenômeno dos enunciados metafóricos a partir desta teoria e modelo.